

REVISÃO DO CONCEITO DE “ATEÍSMO” NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

REVIEW OF THE CONCEPT OF “ATHEISM” IN CONTEMPORARY LITERATURE

Adilson Koslowski*

Valmor Santos**

RESUMO

Nesse artigo de revisão de literatura acerca do conceito de ateísmo, procuramos obter uma síntese de várias propostas de definir ateísmo como aparecem em artigos e livros especializados sobre o tema. Para alguns filósofos, “ateísmo” é um conceito muito fácil de definir. J. Baggini, afirma: “Ateísmo de fato é bem simples de definir: é a crença que não existe Deus ou deuses”. Contudo, esse otimismo não é compartilhado por todos os que lidam com o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Ateísmo. Definição. Conceito. Revisão de literatura.

ABSTRACT

In this review of literature on the concept of atheism, we seek to obtain a synthesis of several proposals to define atheism as it appears in specialized articles and books of subject. For some philosophers, “atheism” is an easy concept to define. J. Baggini says: “Atheism fact is simple to define: is the belief that there is no God or gods.” However, this optimism is not shared by all who deal with the subject, and include us among those who are pessimistic about.

KEYWORDS: Atheism. Definition. Concept, Review.

INTRODUÇÃO

Há várias formas de definir ateísmo. Ethan G. Quillen, em seu artigo *Discourse analysis and the definition of atheism* (2015, p. 25), distingue duas formas básicas. A primeira é histórica (lexical) e a segunda é teórica (essencialista). Da segunda forma de definir, dá-nos o seguinte exemplo: “A consciência ou inconsciência da falta de compromisso para com Deus ou deuses”

* Doutor em Filosofia. Professor de Filosofia no Departamento da Universidade Federal de Sergipe (UFS/DFL). E-mail: kadilson@ibest.com.br

** Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: valmor4@hotmail.com.

(2015, p. 26). Em relação à primeira forma, a histórica ou lexical, um exemplo é sua utilização na Antiguidade. O termo “ateu” está ligado à censura, a ameaças ao *status quo*, funcionando como uma imputação de impiedade. Esse uso pode ser visto no julgamento e execução de Sócrates e também no caso dos cristãos do século III, que se chamavam a si mesmo de ateus, como eram chamados pelos pagãos por não prestarem culto aos deuses e ao imperador (QUILLEN, 2015, p. 26). Segundo Terry Eagleton (2016, p. 14), o termo “ateísmo” foi incorporado ao léxico das línguas europeias modernas apenas no século XVI, além disso, considerava-se uma posição não sustentável.

Há muitas formas de definir “ateísmo” lexicalmente. Quillen (2015, p. 26-27) nos fornece uma lista das definições. Ele começa com a definição do teólogo católico Francis Aveling, de 1907. Ateísmo seria uma espécie de infidelidade. Também o termo pode ser entendido como uma maneira de condenar moralmente; uma explicação filosófica e moral da “criação dos deuses”; uma forma de despromover os deuses; uma forma de explicação naturalista filosófica, e não mais religiosa, como dos pensadores pré-socráticos; uma ação política contra os deuses da cidade; na Bíblia, no *Deuteronômio* 31:17, 32:39 e em *2 Reis* 1:3, 6, 16, a ausência de Deus em certos rituais, e em *Romanos* 1:19-21, a não aceitação de Deus depois de conhecê-lo; ou a recriminação a alguém por viver uma vida de ateu, como no caso de Sócrates ou de alguns filósofos pré-socráticos; a acusação a alguém de que tem uma posição doutrinária não ortodoxa; a notabilização de alguém como diferente da maioria, o “tolo” do *Salmo* 14:1; e assim por diante. A lista completa de Quillen é bastante longa, mas o que expusemos já é suficiente para mostrar que esses dois conceitos têm muitos sentidos.

Uma distinção historicamente importante é a de “ateísmo positivo” e “ateísmo negativo”. Segundo Quillen (2015, p. 27-28), essa distinção tem sua origem no teólogo católico francês já citado, Aveling. Elas são tentativas de definir teoricamente “ateísmo”. E infelizmente, segundo Quillen, tornam o assunto confuso e não ajudam. A raiz está na distinção de Aveling, que propôs que o ateísmo positivo é a negação dogmática de que não existe uma primeira causa, e o negativo se baseia na ausência de evidência física favorável ao teísmo e na fraqueza da razão humana. Esse modo de distinguir o ateísmo tornou-se corrente, oferecendo critérios próprios para “positivo” e “negativo”, como no caso dos filósofos tomistas Jacques Maritain e Cornelio Fabro.

Para Quillen (2015, p. 28), temos uma mudança na compreensão de “ateísmo positivo” e “ateísmo negativo” com o texto *The Presumption of Atheism*, do filósofo britânico Anthony Flew, de 1976. Nesse texto, Flew deseja mudar o sentido de ateísmo, não o compreendendo

positivamente como a descrença na existência de Deus ou deuses, mas negativamente; isso, o ateísmo, seria a ausência da crença em Deus, e os teístas teriam o dever de apresentar provas aos ateus. O ônus da prova é do teísmo, que sustenta uma crença positiva em relação à divindade. Essa maneira de compreender o ateísmo se tornou, depois de Flew, o modo padrão.

Após Flew, Gordon Stein propôs a distinção entre “ateísmo explícito” e “ateísmo implícito” em seu texto de 1980 *The meaning of atheism and agnosticism*. Segundo Gordon, podemos definir ateísmo de dois modos, conforme se compreenda o prefixo de origem grega “a”. Se compreendermos como negação, então temos o ateísmo explícito: alguém rejeita explicitamente a crença em Deus, o que implica que esse sujeito tem conhecimento a respeito das crenças teístas. Porém, o ateísmo implícito compreende o “a” como denotando ausência; portanto, o indivíduo apenas não acredita, e não rejeita ou nega as crenças teístas. Isso significa que o ateuista implícito não precisa conhecer as crenças teístas. Seriam exemplos as crianças pequenas, que não são conscientes de Deus ou de deuses (QUILLEN, 2015, p. 28).

O filósofo Michael Martin também desenvolve uma terminologia própria. Segundo Quillen (2015, p. 28-29), num primeiro momento Martin sustenta a distinção entre “ateísmo estrito” e “amplo” ou “forte” e “fraco”. O ateísmo pode ser estrito ou forte no sentido de negar a existência de todos os deuses. O ateísmo é amplo ou fraco quando apenas nega o teísmo¹. Assim, um ateuista amplo pode ser um crente no deísmo, politeísmo, panteísmo etc. Martin emprega, porém, uma nova terminologia em seu artigo *Atheism and religion*. As doutrinas religiosas orientais, como o jainismo, o budismo e o confucionismo, seriam ateísmos. O jainismo e o budismo theravada seriam “ateísmos positivos”, pois o adepto do jainismo não acredita em um Deus criador tal como concebido pelos teístas. Nessa religião, segundo Martin, os seres sobrenaturais são apenas bons homens já falecidos que alcançaram a iluminação. De forma semelhante, o budismo clássico ou theravada também nega a existência de Deus. Porém, o confucionismo seria um “ateísmo negativo”, pois sustenta apenas a *ausência* da crença em um Deus todo-poderoso, bom e conhecedor de todas as coisas.

Há críticos dessa tentativa de definir o ateísmo de um modo negativo, como simples ausência de crença. Tanto Hyman (2007, p. 29) quanto LeDrew (2013, p. 21) sustentam uma concepção dialética de ateísmo. Não há ateísmo sem o seu contrário; o(s) ateuismo(s) sempre está (estão) se confrontando com uma concepção teísta rival. Não existe uma abstração “ateísmo negativo” que corresponda a algo real, pois o ateísmo é algo concreto e se forma no confronto

¹ “Teísmo” é compreendido como a concepção sustentada tipicamente pelas religiões abraâmicas. Deus é todo-poderoso, onipotente, onisciente, distinto do mundo, criador e bom.

de contrários no desenvolvimento histórico. Nas palavras de Hyman, “ateísmo sempre será uma recusa, negação ou rejeição de uma forma *particular* de teísmo” (2007, p. 29).

Até o momento, vimos apenas exemplos de vários modos de compreender e definir “ateísmo”, mostrando a divergência e a pluralidade de possibilidades. Vejamos mais detidamente algumas propostas, suas semelhanças e diferenças disponíveis na literatura contemporânea sobre o tema. Nosso objetivo é oferecer ao leitor uma síntese de algumas dessas definições sustentadas na literatura sobre o tema.

1 “ATEÍSMO” COMO “NÃO-TEÍSMO”, SEGUNDO PAUL CLITEUR

Há vários modos de compreender o que seja uma definição. As definições podem ser descritivas ou classificatórias e normativas. As definições descritivas são aquelas que querem encontrar certos predicados de um determinado conceito que fazem com que todos os objetos descritos pelos predicados se enquadrem nesse conceito. Nesse tipo de definição, não se tem o objetivo de emitir um juízo de valor a respeito dos membros da espécie ou tipo. Um exemplo pode ajudar a esclarecer esse aspecto da definição. O conceito de “arte” classificativo ou descritivo tem apenas o objetivo de distinguir as obras artísticas de todos os outros objetos que não são obras de arte. Porém, isso não significa que algo que seja arte seja uma boa obra de arte. Para classificar uma boa obra de arte, temos que lançar mão de predicados diferentes, pois se exige que os seus predicados não sejam apenas descritivos, mas normativos, como beleza, coerência, elegância, humor etc. No caso do “ateísmo”, essa diferenciação também é procedente.

No artigo *The definition of atheism* (2009)², Paul Cliteur, filósofo e professor de Jurisprudência na Universidade de Leiden, Holanda, sustenta, segundo a nossa interpretação, uma definição normativa, prescritiva ou não classificatória de ateísmo. Ele não tem como objetivo providenciar uma descrição que dê conta do uso de um grupo social, ou de um período histórico, do conceito “ateísmo”. O que está defendendo em seu artigo é como deveríamos compreender e usar o termo “ateísmo”. Ele deseja regram o uso do termo.

Quando buscamos definir um conceito, podemos entender essa busca de várias maneiras, pois há vários tipos de definição, além das descritivas e normativas. Cliteur (2009)

² Paul Cliteur, em seu livro *The secular outlook: in defense of moral and political secularism* (2010), no primeiro capítulo (p. 14-68), apresenta uma versão estendida das ideias expostas no artigo de 2009 de que fizemos uso. Contudo, no livro ele deixa claro que o ateísmo é uma posição pessoal, privada, enquanto o secularismo é uma posição pública.

defende a busca por uma definição explícita. Uma definição explícita procura predicados que pertençam ao objeto definido e sejam comuns a todos os outros da mesma espécie ou tipo. Se definirmos, por exemplo, água como H₂O, isso quer dizer que se algo é água então é H₂O. Mesmo que haja uma geleira em outro planeta, e o gelo seja constituído de H₂O, então será água. Uma definição de ateísmo explícita é a busca de definir “ateísmo” por certos predicados comuns que sejam necessários e suficientes.

Segundo Cliteur (2009, p. 2-5), o ateísmo é a negação do teísmo. Portanto, é importante saber o que é teísmo. Para esse autor, “teísmo” pode ser caracterizado com os seguintes predicados: é a crença em um ser único (monoteísmo), perfeitamente bom, onipotente, onisciente, onipresente, eterno, criador de todas as coisas, transcendente e pessoal. Há outros conceitos de Deus e deuses, mas o ateísmo é a negação desse conceito restrito de Deus. Cliteur exemplifica a vagueza como o uso de “Deus” do famoso teólogo protestante Paul Tillich, para quem “O símbolo fundamental de nossa preocupação última é Deus” (p. 3). Torna-se difícil entender esse uso do conceito, pois é complexo saber o que significam “realidade” e “última” na sentença de Tillich, sendo também evidente que “símbolo” não se refere facilmente ao Deus do teísmo tradicional. Para Cliteur, a compreensão de Tillich parece uma espécie de ateísmo sofisticado.

De acordo com Cliteur, o significado de “Deus” fora do conceito tradicional do teísmo é frequentemente vago e ambíguo. Temos que ser cautelosos, pois começamos a dizer que ateísmo é religião, e que alguém que gosta muitíssimo de pesca faz da pesca sua religião etc. (CLITEUR, 2009, p. 4). Essa parece ser a razão de o filósofo holandês evitar definir ateísmo como a negação de deuses ou Deus fora da definição filosófica tradicional do teísmo, como é sustentada pelo judaísmo, cristianismo e islamismo ou religiões semelhantes.

Cliteur (2009, p. 11-12) define o ateísmo como sendo constituído de três características. A primeira característica é que o ateísmo é a negação do Deus do teísmo como acima descrito – a saber, único, criador, onipotente, onisciente, onipresente e bom. A segunda característica é a abordagem do ateísmo realizada de modo negativo; o ateísmo não teria a intenção de provar ou argumentar que Deus não existe, mas seria simplesmente não acreditar na existência de Deus. O ateísmo não prova que Deus não existe, mas não está convencido das provas ou argumentos oferecidos pelo teísta. O ônus da prova é do teísmo, que afirma a existência de algo, e não do ateísta. A terceira característica é de que alguém é ateísta quando examinou cuidadosa e conscientemente os argumentos apresentados pelo teísta a favor da existência de Deus. O ateísmo é uma escolha examinada. Não há, deste modo, um ateu prático, aquele que vive como

se Deus não existisse, apenas um ateu reflexivo. Portanto, ateísmo seria a falta de crença no Deus do teísmo, o não convencimento das provas a favor da existência do Deus do teísmo apresentadas pelo teísta, e a consciência da ausência de provas após o exame cuidadoso das alegações a favor de tal crença.

Cliteur (2009, p. 10-15) chama atenção para distinguirmos entre a definição de “ateísmo” e os motivos para o ateísmo. Ele exemplifica as motivações para o ateísmo em dois grupos, o dos motivados pela predileção da liberdade humana e o dos defensores de específicos valores liberais. No primeiro grupo está o filósofo berlinense do século XIX Karl Robert Eduard von Hartmann (1842-1906), o qual sustentava que a religião torna o ser humano amoral, pois o ser humano na concepção teísta não é autônomo, mas submetido às regras morais de um Ser que o torna alienado do ser moral humano. As regras morais vêm de fora do próprio homem e não de si mesmo, de sua razão autônoma. Outro filósofo que segue a mesma linha de pensamento é o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980). Para Sartre, se Deus existe, então o homem não é livre. O homem não tem uma essência predeterminada por Deus, mas faz sua essência por meio de sua existência livremente construída. No outro grupo estão Robert Ingersoll (1833-1899), Richard Robison – autor de *An atheist's values* (1964) –, Susan Stenbbing (1885-1943) e Bertrand Russell (1872-1970). Esses pensadores defenderam valores que para eles aparentemente estavam em desacordo com a concepção ou cosmovisão teísta – por exemplo, para Robison, a fé é um vício e o teísmo é inimigo da verdade e da razão.

Cliteur (2009, p. 15-17) discute se nós devemos continuar a usar o termo “ateísmo” ou se deveríamos usar “não-teísmo”. Afirma que a segunda opção é mais viável, expondo em seguida as razões para se abandonar “ateísmo”. Recorda George Jacob Holyoake (1817-1906)³, britânico que cunhou o termo “secularismo” em lugar de “ateísmo”. Sua definição de secularismo se desviava da negação de Deus⁴, assim evitava aborrecimentos com a legislação. Hoje não há mais nenhuma lei da blasfêmia, pelo menos no Ocidente, contudo o ateísmo é associado a atitudes desagradáveis, como a arrogância, pois pensa poder provar que Deus não existe etc. Desta maneira, é interessante trocar o termo e evitar tais associações. Cliteur (2009, p. 16) chama atenção para outro filósofo, o britânico A. C. Grayling (nascido em 1949), que

³ Holyoake foi preso durante seis meses pelo crime de blasfêmia, por ter respondido, em uma palestra, à pergunta sobre os deveres do homem para com Deus, que a Inglaterra estava muito pobre para ter um Deus.

⁴ Cliteur (2009) cita a definição de secularismo de George Jacob Holyoake, à p. 16. Nas próprias palavras de Holyoake: “1. Secularismo mantém a suficiência da razão secular por guia dos deveres humanos. 2. A adequação da regra utilitarista a qual faz o bem dos outros, a lei do dever. 3. O dever mais à mão e mais confiável para atingir o resultado é o uso dos meios materiais, temperado pela simpatia humana para a realização da melhoria social. 4. A impecabilidade da sinceridade bem informada. 5. De modo que o sinal e a condição de tal sinceridade são – o livre pensar (*freethought*) – o discurso expositivo – a prática das convicções pessoais sem os limites de nenhuma ofensa nem de outros prejuízos” (tradução nossa).

sustenta não ser útil utilizar a palavra “ateísmo”, sendo mais propício usar a expressão “não religião”, e empregar “não religioso” em vez de “ateu”. Outra associação com o termo que não é ideal existiria no ateísmo forçado do Estado comunista marxista-leninista (1917 a 1989).

Para o filósofo holandês (ibidem, p. 16), o ateísmo não é uma doutrina de Estado. Ele sustenta que há três tipos de ateísmo: o “ateísmo privado” ou “não-teísmo”, o “ateísmo público” e o “ateísmo político”. O único defensável seria o primeiro, o qual apenas sustenta a falta de crença nas alegações teístas a respeito de Deus; o segundo tem o desejo de tornar outros também em ateus, “convertê-las” por meio da “missão”; e o último tipo deseja radicar à força a crença religiosa teísta, como na antiga União Soviética e na Albânia. Reforçando: como o “ateísmo privado” está associado aos outros dois, seria melhor usar “não-teísmo”.

2 ATEÍSMO COMO AUSÊNCIA DE CRENÇA EM DEUS OU NOS DEUSES, SEGUNDO STEPHEN BULLIVANT

As definições não são verdadeiras ou falsas, podendo ser úteis ou inúteis, equivocadas ou não. Encontramos a definição de Baggini (2003, p. 9) dada já acima: “Ateísmo de fato é bem simples de definir: é a crença que não existe Deus ou deuses”. Esta definição está presente nos dicionários e nos usos que frequentemente as pessoas fazem da palavra. Porém, para fins acadêmicos, não parece ser a mais adequada. Um tratamento do termo se encontra no artigo de Stephen Bullivant *Defining “atheism”* (2013) e na Introdução geral, escrita por Michel Martin, do *The Cambridge companion to atheism* (2007 p. 1). Seguiremos de perto a compreensão do termo sustentada por Bullivant.

Segundo Bullivant (2013, p. 11-12), quando procuramos definições sobre o ateísmo na literatura, não encontramos um acordo perfeito sobre o que significa “ateísmo”, seja entre filósofos, teólogos ou cientistas sociais. Porém é comum encontramos certas ideias compartilhadas. O conceito envolve: 1) uma crença, isto é, uma atitude para com proposições; 2) a negação de Deus e/ou dos deuses; 3) um elemento intelectual e talvez emocional.

Embasado em pesquisa empírica sobre o uso de “ateísmo” na língua inglesa, Bullivant (2013, p. 12) sustenta que há um emprego diversificado do conceito. Não encontramos uma pesquisa semelhante dos usos de “ateu” ou “ateísmo” no Brasil, mas parece que o mesmo acontece em nosso país. Citaríamos, contudo, uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, intitulada *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*, que afirma ser pejorativo o uso da palavra “ateu” (MONTEIRO e DULLO, 2014, p. 60).

Bullivant (2013, p. 12-13) defende que o uso acadêmico não pode ficar ao sabor do uso cotidiano. Devemos possuir uma definição que possa ser comum e evite que os estudiosos se percam numa babel de sentidos. Para unificar o emprego do termo, ele propõe que definamos ateísmo como “*a ausência de crença na existência de um Deus ou deuses*” (p. 13, itálico no texto original).

Todavia, qual é a utilidade de definirmos ateísmo como Bullivant propõe? Ele (2013, p. 14-16) oferece as razões a seguir. A primeira razão é histórica. Ateísmo tem sua etimologia vinculada a dois vocábulos gregos, *a* e *theos* (Deus, deuses). Nesse caso, o prefixo *a* é “privativo”. Ele quer apenas significar a ausência, a falta de algo. Não necessariamente uma oposição, embora varie o uso do prefixo *a* “privativo” feito pelos antigos, como em Platão, sendo o prefixo utilizado no sentido também de “oposto”. No inglês, o uso corrente não denota somente “ausência”, mas “rejeição”. Isso nos parece também válido para o uso dos termos “ateu” e “ateísmo” no Brasil. Contudo, argumenta Bullivant, academicamente usar o termo como ausência (e não oposição) nos possibilita que o conceito seja um guarda-chuva para outras diferenciações. Poderemos distinguir o ateísmo positivo (forte) e o ateísmo negativo (fraco). O ateísmo fraco é aquela posição em que apenas há a ausência da crença em Deus ou deuses, ou não se tem evidência suficiente nem a favor e nem contra para sustentar uma das possibilidades. Assim, o agnosticismo também faria parte do ateísmo negativo. O ateísmo positivo é a posição de negação com algum grau de certeza de que Deus ou os deuses não existem. O ateísmo positivo pode ser dividido em várias espécies, tais como ateísmo existencialista, ateísmo científico soviético, novo ateísmo, ateísmo religioso (como no caso do budismo, hinduísmo e jainismo), entre outras.

A segunda razão aventada por Bullivant (2013, p. 15) é que essa posição evita um dualismo grosseiro de dividir os grupos entre “crentes religiosos” e “ateus convencidos”. Permite-nos compreender o fenômeno do ateísmo de modo semelhante às distinções zoológicas de família, gênero e espécie. Torna deste modo a análise muito mais rica e fiel ao fato. Uma terceira razão é que o termo ateísmo se tornaria neutro e não pejorativo. A palavra “ausência” não deve ser compreendida no sentido de “falta” ou de “deficiência”.

Analisemos, doravante, a segunda parte do termo “teísmo”. Essa palavra nos compromete com os vocábulos “existência”, “Deus” e “deuses” (BULLIVANT, 2013, p. 16-17). Segundo Bullivant, o termo “existência” nesse contexto não é excessivamente problemático. O termo “Deus” também não é por demais complicado, pois é entendido de dois modos. O primeiro é o chamado teísmo clássico, que se refere ao Deus do judaísmo,

cristianismo e islamismo, a saber, um ser onipotente, onisciente, onipresente, bom. Igualmente se refere aos seres supremos de outros sistemas monoteístas, como o zoroastrismo e o neoplatonismo. Todavia, o conceito de “deuses” é bastante complicado, pois não há um conjunto de atributos comuns aos deuses. Alguns têm atributos bem humanos, como no caso dos deuses gregos – por exemplo, Zeus e suas infidelidades com belas mortais.

Ehrman (2014, p. 21-116) descreve que no mundo antigo pagão e também judaico, bem como no cristianismo católico e ortodoxo de nossos dias, além de nas religiões não cristãs politeístas, não há apenas Deus e as criaturas, como é sustentado entre os protestantes, mas uma cadeia bastante complexa de entes divinos (deuses) entre Deus e o ser humano. O mundo antigo é inflacionado por deuses. Deuses intermediários entre nós e Deus, os deuses da família, do Estado, de certas montanhas, lagos, grutas etc. Seres humanos podem se transformar em deuses e semideuses. Nascido humano e feito divino, filho de algum dos genitores de origem divina – por exemplo, Hércules.

Segundo Bullivant (2013, p. 17-18), em relação ao conceito de “deuses” uma possibilidade é não buscar uma definição, mas apenas compreendê-la com a noção de *semelhanças de família*, de Wittgenstein. O que temos não é um conjunto de propriedades compartilhadas (essência) por todos os membros do conjunto (Nyami Nyami, Hera, Odin, Baal, Afrodite, por exemplo), mas apenas acontece como em uma relação de parentesco, em que os indivíduos são parecidos, pois são membros da mesma família.

Há teóricos que não concordam com uma definição de ateísmo tão ampla; para alguns deles, o termo se refere apenas ao conjunto do Deus das religiões monoteístas, principalmente as religiões abraâmicas. Bullivant (2013, p. 18-20) é contra tal tese. Parece correto que de fato, contextualmente, o ateísmo positivo seja sempre contra uma determinada religião, Deus ou deuses. Por exemplo, os cristãos no cristianismo primitivo foram considerados ateus, pois não respeitavam os deuses do Estado Romano. Bullivant chama tal concepção de ateísmo de etnocêntrica, e sustenta que essa posição não é teoricamente interessante. As razões são essas: primeira, se o ser ateu é negar o monoteísmo teísta, então todos os membros da sociedade que não têm essa crença, mesmo sendo politeístas e acreditando em outro Deus, são logicamente ateístas. Uma implicação conceitualmente desinteressante, pois confunde e não esclarece. Frases como a seguinte transparecem tal uso ambíguo: “somos ateus em relação a todos os outros deuses que não são os nossos”. A segunda razão é que, na prática, nós não usamos o conceito desse modo. Bullivant (2013, p. 19) cita P. Cliteur, o qual defende essa concepção

etnocêntrica, mas que em seu próprio artigo *The definition of atheism* (2009) sustenta que havia um grupo de ateus na Antiguidade clássica grega.

Há, contudo, outros teóricos que vão num caminho contrário ao primeiro grupo. Alegam que “ateísmo” está comprometido com o naturalismo metafísico, a saber, não há nada além de objetos espaçotemporais; assim, Deus, deuses, anjos e demônios estão apenas em nosso mundo conceitual, nos nossos cérebros e nas representações artísticas. De fato não existem. Bullivant (2013, p. 19-20) igualmente não concorda com essa tese. Porém, ressalta ser verdade que muitos ateus contemporâneos endossam algum tipo de naturalismo metafísico, mas que não é interessante tratar o termo “ateísmo” desse modo. A razão para isso é que existem pessoas que podem não ter crenças em Deus ou deuses, mas não deixam de acreditar em fenômenos não materiais. Por exemplo, pessoas que acreditam em clarividência, vida após a morte etc.

3 ATEÍSMO(S) COMO SISTEMA(S) DE CRENÇAS E PERSPECTIVA(S) POLÍTICA(S), SEGUNDO STEPHEN LEDREW

O sociólogo Stephen LeDrew, em sua tese de doutorado *Scientism, humanism, and religion: the new atheism and the rise of the secular movement* (2013)⁵, não se satisfaz com a definição sustentada por Bullivant (2013) e Michael Martin (2012). Sua crítica é que uma definição de ateísmo como falta de crença ou descrença em Deus não nos diz de fato o que é o ateísmo; esse tipo de definição seria formal, vazia. Ela realmente não diz o que o ateísmo historicamente tem sido e o que ele é em nossos dias. Assim, sua proposta é oferecer uma definição de ateísmo histórica e socialmente informada (LEDREW, 2013, p. 21).

LeDrew (2013, p. 21) está interessado no ateísmo moderno, pois este é fundamental para compreendermos o neoateísmo e o ateísmo contemporâneo em geral. Não se interessa pelo ateísmo da época clássica greco-romana e nem outro qualquer, como o indiano, pois o ateísmo moderno, mesmo exibindo semelhanças com os antigos, apresenta-se com algo novo na história do ateísmo. Sua concepção é formada a partir dos estudiosos da história do ateísmo, como David Berman, em *A history of atheism in Britain: from Hobbes to Russell* (1988) e o jesuíta Michael J. Buckley, em *At the origins of modern atheism* (1987) e *Denying and disclosing God: the ambiguous progress of modern atheism* (1987).

⁵ A tese de doutorado de LeDrew (2013) vai ser adaptada e se tornar livro com o título de *The evolution of atheism: scientism and social justice in the secular movement* (2016), pela Oxford Press University (no prelo).

Para LeDrew (2013, p. 22), os ateísmos contemporâneos ocidentais (pelo menos os mais importantes) estão ligados às ideias do Iluminismo. Assim, o NAT não é novo, pois suas raízes estão no Iluminismo e na época vitoriana, no século XIX. O que é novo no NAT é a extensão do seu impacto devido aos meios de comunicação de massa, algo indisponível anteriormente na mesma proporção dos nossos dias (LEDREW, 2013, p. 48).

A tese histórica fundamental de LeDrew, apoiada pelos estudos de Buckley (1987; 2004) e Gavin Hyman (2007), é que o ateísmo moderno é uma consequência da teologia dos séculos XVII e XVIII. O ateísmo moderno tem seu início nos meados do século XVIII. O ateísmo é uma consequência de uma rivalidade não entre a ciência e a religião, mas entre a ciência e as concepções teológicas. No século XVII, a ciência era vista como um trabalho a ser feito pelos cristãos, com o fito de desvendar como Deus fez o mundo. Porém, a teologia começa a compreender Deus como uma coisa no mundo que poderia também ser provada pela ciência gestada na Revolução Científica do século XVII. Essa concepção é retratada na obra de Newton, que compreende Deus como um ser necessário para manter as órbitas dos planetas, a fim de que estas não entrem em colapso. Os teólogos propuseram usar a “filosofia natural” (ciência) como uma forma de apologia para se defender a existência de Deus (LEDREW, 2013, p. 24). LeDrew não a cita em seu texto, mas a obra *Natural theology: or, evidences of the existence and the attributes of God* (1802), de William Paley (1743-1805), é um modelo clássico dessa concepção teológica, livro que era leitura obrigatória para os alunos das universidades inglesas do século XIX. O próprio Charles Darwin leu a obra quando estudante de medicina.

O problema começou a aparecer, pois cientistas cristãos ou deístas começaram a sustentar que Deus não era necessário, era uma adição supérflua (LEDREW, 2013, p. 24). Há um clima de ceticismo quanto à revelação cristã (Bíblia) e ao deísmo, pois não há possibilidades de estabelecer a existência de Deus a partir dos cânones da ciência moderna. É interessante notar que as críticas à religião na Modernidade não viriam de ateus, mas de deístas. Deístas sustentavam que Deus era uma matéria da razão e da experiência e não um dado revelado. Se existia, deveria ser estabelecido somente pela razão e experiência, e nada mais. Entre eles, se encontram os famosos David Hume, Denis Diderot e Voltaire. Uma exceção à regra é o ateuista Baron de Holbach, com seu *System of nature* (1770), que explícita e publicamente defende o ateísmo e as ideias iluministas de libertação da ignorância, da tradição, da Igreja e do rei. O ateísmo vai ganhar novo fôlego no século XIX (LEDREW, 2013, p. 27-28).

3.1 O ateísmo científico moderno

A tradição do ateísmo moderno tem dois movimentos distintos. Portanto, não há apenas um ateísmo moderno, mas duas tradições distintas. LeDrew chama a primeira de ateísmo científico (AC) e a segunda de ateísmo humanista (AH). Ambos são filhos do Iluminismo, mas têm ideologias diversas e divergentes. O ateísmo científico é influenciado pelas ideias de Comte, Darwin e Spencer. A influência de Comte é indireta. Comte defendeu que a sociedade sofria modificações: evoluía de uma sociedade religiosa, passando para uma metafísica, até atingir a maturidade na positiva, científica. É a famosa *lei dos três estágios*. Para Comte, a explicação que o ser humano atribuiu aos fenômenos no começo da humanidade é antropomórfica, uma forma de animismo. Considerava explicar as coisas projetando intencionalidade na natureza a partir da vontade dos deuses. Contudo, essa explicação religiosa para os fenômenos naturais é falsa. Com a época positiva, essas explicações serão extintas, quando o homem se libertar de sua ignorância (LEDREW, 2013, p. 31).

Darwin é a segunda fonte importante, com a publicação da obra *A origem das espécies*, em 1859. A teoria de Darwin fornecia uma explicação científica da aparente teleologia no mundo dos seres vivos. Darwin não foi um ateu, mas sua própria teoria mina suas crenças religiosas. Esse ceticismo provado pela teoria da seleção natural recebe voz com os discursos e defesas de Thomas Huxley. Há um conflito público entre as ideias evolutivas e o pensamento religioso da época. LeDrew, com o suporte de teóricos como Adrian Desmond e James Morre no livro *Darwin* (1991) e Edward Larson em *Evolution: the remarkable history of a scientific theory* (2006), bem como Greta Jones em *Social Darwinism and English thought: the interaction between biological and social theory* (1980), e do artigo *Is the theory of natural selection independent of its history?*, de Gregory Radick (2009), defende a tese de que a teoria de Darwin é fruto de sua concepção política em prol do liberalismo, do individualismo, do capitalismo do *laissez-faire* e dos direitos individuais (LEDREW, 2013, p. 32). Em suma, a teoria da evolução não é neutra politicamente; está amarrada à concepção liberal e é usada como defesa da concepção política e econômica da época vitoriana.

O ateísmo científico tomará a teoria da evolução de Darwin como um importante instrumento para desqualificar a cientificidade e a razão das crenças religiosas como cognitivamente falhas. A influência de Spencer foi igualmente indireta, pois este sustenta com Auguste Comte que as explicações religiosas são falsas, mas seu foco não é o problema religioso, e sim a aplicação equivocada da teoria da evolução à sociedade. As sociedades

evoluem, e algumas estão mais evoluídas e outras são inferiores; a sociedade evoluída é a liberal, capitalista e europeia, no caso, a inglesa (LEDREW, 2013, p. 34-35). Essa ideia de progresso atingido e idealizado pela sociedade vitoriana também influenciará o ateísmo científico.

O ateísmo científico, nos termos de LeDrew (2013), pode ser definido como o conjunto de crenças nos poderes das ciências e, no caso das ciências naturais, na capacidade de serem eliminadas as pseudoexplicações científicas das religiões, principalmente o criacionismo, que contradiz a teoria darwinista. Além disso, supõe-se que a sociedade fará progressos quando for dirigida pela autoridade da ciência: a ciência como planejadora da sociedade trará o progresso e eliminará os problemas humanos. O ateísmo científico concebe a religião como um conjunto de crenças e uma explicação falsa do mundo natural, além de considerá-la um empecilho para o desenvolvimento da ciência e da sociedade. Ela seria eliminada pela boa educação científica, que permite à razão suplantarmos a superstição.

3.2 O ateísmo humanista moderno: eliminar a ignorância não basta

Segundo LeDrew (2013, p. 36), o ateu científico ou científicista tem um impasse, pois apenas a ignorância não explica a crença em Deus depois do advento da teoria da evolução. As pessoas continuam a manter suas crenças religiosas. O ateísmo científico é limitado, pois está centrado fundamentalmente nos aspectos cognitivos da crença religiosa e nos argumentos que fundamentam essa crença. Porém, segundo um grupo de filósofos e cientistas, a explicação e a eliminação da religião vêm de outra forma de compreender a religião. Esse grupo é o chamado por LeDrew de *ateísmo humanista*. Suas raízes estão na obra do filósofo hegeliano Ludwig Feuerbach, que, por sua vez, vai inspirar Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud.

Para o ateísmo humanista, que assume muitas das críticas da ciência em relação às crenças religiosas, o importante é conceber a religião não apenas como uma teoria explicativa do mundo, mas enquanto um fenômeno tipicamente social, uma forma de vida. A religião não é somente uma ideia desencarnada, mas uma espécie de epifenômeno que surge de certas condições sociais e pessoais.

As raízes do humanismo encontram-se em L. Feuerbach, que compreende a religião, e especificamente o conceito de divindade, como a projeção das características do próprio ser humano de forma hiperbólica. A teologia é apenas uma antropologia disfarçada. O ateísmo de Feuerbach se fundamenta na necessidade do homem de tomar consciência, de reconhecer essa

verdade e parar de se projetar em uma ficção. A religião não é um fenômeno transcendente, espiritual, do divino que vem a nós, mas um fenômeno social, criação humana. Influenciado por Feuerbach, Marx segue linha semelhante, defendendo que a religião é um fenômeno social que depende das condições materiais de vida. Seria a expressão da alienação, isto é, algo que pertencia ao indivíduo lhe foi tirado, de modo que o próprio indivíduo já não tem consciência de pertencer a si. A religião não é apenas uma teoria equivocada, mas é a expressão do protesto contra a injustiça, a dor, o sofrimento. A religião termina quando termina a alienação, a opressão, o sofrimento, a fome. Mudando as estruturas sociais, modifica-se a religião. O problema não está na religião, mas na sociedade doente que a gera; a religião não é o causa dos males, mas apenas um efeito social (LEDREW, 2013, p. 37-38).

Para o ateísmo humanista, a religião é uma ilusão, e isso é central para Sigmund Freud em sua compreensão do fenômeno religioso. Freud concorda com o iluminismo racionalista que a religião oferece uma falsa explicação, mas elabora uma explicação psicológica da sua origem. As emoções, principalmente o medo da natureza e de sua imprevisibilidade às vezes cruel, deixam o ser humano ansioso na procura de controle e conforto. A projeção antropomórfica do controle da natureza por um ser poderoso resulta na idade de Deus. Essa projeção é feita por analogia da relação entre a criança e os pais, que a protegem e dela cuidam. A religião é um meio infantil, imaturo de confronto com a realidade, uma fuga das dificuldades da vida humana para o mundo da ficção (LEDREW, 2013, p. 39-40).

Por fim, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Segundo LeDrew (2013, p. 41-42), esse pensador compreende o animal religioso como uma fase de sua evolução ao *Übermensch* (Além do homem). O homem só se tornará o que de fato pode ser por meio da “morte de Deus”, pois não há um fundamento último e transcendente que alicerce o sentido da vida, da moral, do conhecimento, da beleza, da sociedade. A fé, por sua vez, rouba do ser humano a capacidade de entender, dependendo o indivíduo da religião, do clero, para prover de sentido sua existência. Olha para dentro de si e sofre, não aprende a olhar para fora de si e apreender. Se afunda em seus sofrimentos e busca auxílio e solução na religião. E, assim, está à mercê da vontade de potência do clero.

O objetivo de LeDrew (2013) não é certamente reconstruir todas as nuances desses complexos pensadores, mas mostrar que durante a modernidade, no Iluminismo, em seus meados, foram se formando dois tipos de ateísmo que se tornaram maduros no século XIX, devido principalmente às ideias de Comte, Darwin, Spencer e Feuerbach. O primeiro tipo é o ateísmo científico, que recusa a religião como uma explicação equivocada do mundo. A religião

é uma teoria que foi refutada pela ciência moderna e atrapalha o seu avanço rumo a uma sociedade controlada pela autoridade científica.

O segundo, o ateísmo humanista, compreende a religião não apenas como uma teoria, mas como um fenômeno humano que é provocado por certa forma de vida, de condições materiais e psicológicas. A religião é uma expressão da alienação, do sofrimento, da injustiça. Expressão de uma neurose infantil que seria o modo de lidar com o medo do sofrimento e da morte. A religião não é uma teoria, mas sobretudo um modo de vida em certo contexto material (social e político). A religião só muda e desaparece se as condições materiais e psicológicas que a propiciam mudarem.

Para LeDrew (2013, p. 48-55), é equivocado dizer que há ateísmo, sendo o correto sustentar que existem ateísmos. E que os ateísmos contemporâneos que existiram ou que existem no Ocidente – como o ateísmo comunista, o existencialismo ateu, o humanismo, o neoateísmo, os racionalismos libertários, entre outros – dependem dessas duas matrizes elaboradas durante a Modernidade. No caso do neoateísmo, sua fonte seria o ateísmo científico.

4 CONTRA A DEFINIÇÃO ESSENCIAL DE “ATEÍSMO”; RUMO A UMA DEFINIÇÃO PRAGMÁTICA, SEGUNDO ETHAN G. QUILLEN

Quillen (2015) sustenta que as tentativas de buscar uma definição essencial de termos ambíguos como “religião” e “ateísmo” não são possíveis. Ele critica, por exemplo, a tentativa feita por Bullivant (2013). Uma maneira de definir religião é privilegiar a função do termo e não sua essência, sua ação e não as crenças. Buscar definir ateísmo em relação à religião e não separadamente. Definir “religião” e “ateísmo” não partindo do termo “religião”, mas de um ponto de vista antropológico do discurso que as pessoas fazem sobre si mesmas como religiosas.

Segundo Quillen (2015, p. 30), a abordagem da análise do discurso tem suas raízes no trabalho do estudioso holandês Kocku von Stuckrad, o qual sustenta que “religião” deve não ser entendido como um termo geral a definir. Seu objeto de estudo seria o modo como a religião

é organizada, discutida e materializada discursivamente na cultura e nos contextos sociais. “Religião”, nessa abordagem, é um significante vazio, dependendo do uso da palavra em dada sociedade e contexto. É esse uso de “religião” – incluindo as definições genéricas dos acadêmicos – que é a responsabilidade dos estudiosos explicar (VON STUCKRAD, 2010, p. 166 *in* QUILLEN, 2015, p. 31, tradução nossa).

Para Quillen (2015, p. 31), a proposta de Stuckrad (2010) é insuficiente, pois não fornece esclarecimentos do que é um “discurso”, e igualmente acerca das relações entre os conceitos de “ateísmo” e de “religião”.

Sintetizaremos apenas alguns aspectos da análise densa de Quillen a respeito do que é discurso. Discurso seria “analisar como a linguagem é usada em contextos particulares” (2015, p. 31). O discurso tem várias dimensões – sumariamente, o uso da língua, a comunicação da crença e a interação em uma situação social. Esse tipo de análise discursiva necessita de um enfoque multidisciplinar entre a linguística, a psicologia e a sociologia. Além disso, a interpretação do texto (falado ou escrito) deve levar em conta a sua produção, o texto em si mesmo e a sua recepção. Outro aspecto é a identificação do próprio falante com o seu discurso. Para Quillen, os conceitos de “ateísmo” e de “religião” são significantes vazios. As palavras ganham significado apenas no uso que os indivíduos fazem delas. O estudioso não deve projetar, mas suspender seu próprio significado de “ateu”, “ateísmo”, “religião” etc. quando pretende compreender o fenômeno, dada a ambiguidade dos termos. Essa suspensão não apenas provoca o alívio de ter um conceito *a priori* desses termos, mas também conduz à desconstrução dos preconceitos do próprio investigador (QUILLEN, 2015, p. 32-33).

CONCLUSÃO

Vimos várias possibilidades de conceber o que seja “ateísmo” na literatura contemporânea a respeito do tema. Evidentemente que não exploramos todas as possibilidades, apenas algumas. O tema se tornou mais evidente em nossos dias com as acaloradas discussões do e contra o movimento do Neoateísmo. Mesmo que os sociólogos falem da volta da religião no século XX e XXI, paradoxalmente também há um aumento dos ateus no mundo, bem como no Brasil. Deste modo, parece evidente a necessidade de sabermos ou discutirmos sobre o que queremos dizer quando dizemos que alguém é ateu e qual é o ônus que compete a um indivíduo que não sustente, ou sustente a crença de que Deus ou deuses não existem.

REFERÊNCIAS

- BAGGINI, Julian. **Atheism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- BULLIVANT, Stephen. Defining “atheism”. In: **Handbook Oxford of Atheism**. New York: Oxford University Press, 2014, p. 11-21.

CLITEUR, Paul. The definition of atheism. **Journal of Religion and Society**, v. 11, p. 1-23, 2009.

EAGLETON, Terry. **A morte de Deus na cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

EHRMAN, Bart D. **Como Jesus se tornou Deus**. São Paulo: LeYa, 2014.

HYMAN, Gavin. **A short history of atheism**. England: I. B. Tauris, 2010.

LEDREW, Stephen. **Scientism, humanism, and religion: the new atheism and the rise of the secular movement**. A dissertation submitted to the Faculty of Graduate Studies. Dec., 2013.

MARTIN, Michael. **Atheism: a philosophical justification**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

MARTIN, Michael. Atheism and religion. In: **The Cambridge Companion to Atheism**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 217-232.

MONTEIRO, Paula; DULLO, Eduardo. Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista. **Novos Estudos** 100, nov. 2014, p. 57-79.

QUILLEN, Ethan G. Discourse analysis and the definition of atheism. **Science, religion & culture**, v. 2, issue 3, June 2015, p. 25-35.

SHOOK, John R. et al. An introduction to atheism, secularity, and Science. **Science, religion & culture**, v. 2, issue 3, June 2015, p. 1-14.